

UBIRATÃ

## PROCESSO LICITATÓRIO

NÚMERO

53811/2021

MODALIDADE

Dispensa por limite 76/2021

FINALIDADE

Contratação de empresa para prestar serviço de transporte para realizar frete de máquinas de bombeamento a Ubiratã, ida e volta.

PROponentes

2501 - H. Vieira Eireli

Contrato 141/2021.

PRAZOS E PUBLICAÇÕES

DE / A / ÀS / HORAS

LOCAL

20.09.21

HOMOLOGADO

OPR

VENCIMENTO

4 meses

DIOE

OBSERVAÇÃO

UBIRATÃ,

20

Setembro

de 2021

000001



# 1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 366/2021

## 2. OBJETO

Contratação fracionada de serviço de transporte para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubitatã, ida e volta.

## 3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$-16.200,00

## 4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	9148	339039740000	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS		16.200,00

## 5. CONTRATADO (A)

Razão Social: H VIEIRA - EIRELI  
 CNPJ Nº: 12.089.111/0001-03  
 Endereço: AV.NILZA DE OLIVEIRA PIPINO – 1097 SALA A CENTRO  
 Ubitatã – Paraná, 16 de setembro de 2021

*Amoroso*  
 SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RURAIS

*Luiz Antônio Marafon*  
 Sec. de Viação e Serviços Rurais

## 6. DESPACHO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Recebimento: 16/9/2021

Conforme dotação orçamentária indicada, informamos:

### PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

SIM NÃO

*Cristiana Fátima Zolin*  
 Contadora

CRC/PR 079245/O  
 Contadora

### RECURSO FINANCEIRO

De acordo com a programação financeira  
 SIM NÃO

*Valdinei da Silva*  
 Secretário das Finanças  
 Sec. de Finanças

## 7. DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR

De acordo.

*Fábio de Oliveira Dalécio*  
 Fábio de Oliveira Dalécio

## 8. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Data de recebimento: 17/09/2021

Hora: 10:00

*Amoroso*  
 Divisão de Licitação

**ANEXO I**  
**COMPLEMENTO À REQUISIÇÃO Nº 366/2021**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação fracionada de serviço de transporte para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubitatã, ida e volta.

**2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

2.1. Para a recuperação da trafegabilidade da estrada rural Porto Seguro I, a qual contém segmentos críticos dificultando o tráfego contínuo durante todos os meses do ano, se faz necessária a contratação fracionada de serviço de transporte caminhão prancha para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubitatã, ida e volta. Em conformidade ao termo de cessão de uso de bens moveis nº 001 /2021 do consórcio intermunicipal para o desenvolvimento dos municípios da região de Campo Mourão CONDESCOM - PR, em favor do município de Ubitatã, as máquinas transportadas serão utilizadas na manutenção da Estrada Porto seguro I, visto não existir licitação vigente.

**3. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O valor estimado para a contratação e de R\$-16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais).

**4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1. A execução do objeto será custeada pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	9148	339039740000	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS		16.200,00

**5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Vigência 120 dias.

**6. INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS:**

6.1. Comissão de Licitação:

6.2. Gestor do Contrato: LUIZ ANTONIO MARAFON

6.3. Fiscal do Contrato: ODÍLIO CAMARGO ALVES

6.4. Fiscal do Contrato Substituto: ITAELSON GUERRA GAVIÃO

**7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

Código LC	Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
40731	1	1	serviço de frete com caminhão prancha - comprasnet 5142	9	VG	1.800,00	16.200,00



## 8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1 Prazo de execução será de 05 cinco dias úteis do recebimento da ordem de serviço.

## 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. A nota fiscal será emitida contendo o valor dos serviços executados no período, o pagamento ocorrerá no prazo de até 30 trinta dias contados do recebimento da nota fiscal, em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do Município de Ubitatã, CNPJ 76.950.096/0001-10, Conforme o termo de cessão de uso de bens moveis nº 001 /2021 do consórcio intermunicipal para o desenvolvimento dos municípios da região de Campo Mourão CONDESCOM - PR.

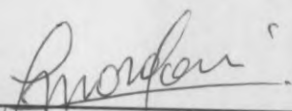
9.3. Para liberação do pagamento à contratada, as notas fiscais deverão ser entregues ao fiscal do contrato obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.3.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

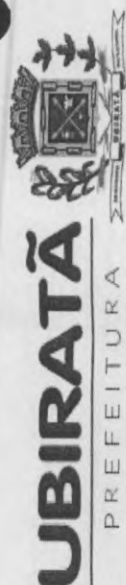
9.3.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Ubitatã, 16 de setembro de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
Secretaria de Viação e Serviços Rurais

Luiz Antônio Marafon  
Sec. de Viação e Serviços Rurais



PLANILHA DE VALORES – GERADOR DE ENERGIA

FORNECEDOR 01:

RAZÃO SOCIAL: H.VIEIRA – EIRELLI

CNPJ: 12.089.111/0001-03

FORNECEDOR 02:

RAZÃO SOCIAL: J L COSTA TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE ME

CNPJ: 27.104.715/0001-40

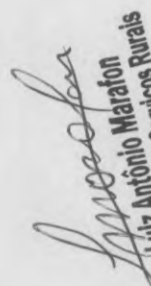
FORNECEDOR 03:

RAZÃO SOCIAL: GILBERTO RAMOS TERRAPLANAGEM

CNPJ: 22.055.597/0001-04

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	FORNECEDOR			CRITÉRIO	V. UNIT. FINAL
				01	02	03		
1	1	Frete com caminhão prancha de Campo Mourão/Ubatatã (ida e volta)	9	V. UNIT 1.800,00	V. UNIT 1.880,00	V. UNIT 1.900,00	Menor valor	1.800,00

Ubatatã, 15 de setembro de 2021.

  
Luiz Antônio Maraton  
Sec. de Viação e Serviços Rurais

000004

000005

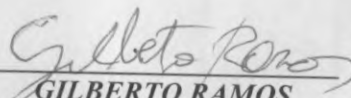
GILBERTO RAMOS TERRAPLENAGEM  
CNPJ: 22.055.597/0001-04  
RUA VITÓRIA Nº 6 – JARDIM JOSEFINA  
UBIRATÃ – PR

**ORÇAMENTO – PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ – PR**

A Empresa, GILBERTO RAMOS - TERRAPLENAGEM, com sede na Rua Vitória, nº 06, Jardim Josefina, situada na Cidade de Ubatã, Estado do Paraná, Telefone (44) 99983-1995, CNPJ: 22.055.597/0001-04, e-mail: escritórioluxrh@hotmail.com, representada neste ato através do seu sócio administrador, Sr; Gilberto Ramos, portador da cédula de identidade RG sob nº 3.772.776-5, e CPF sob nº 063.053.709-74, propões o seguinte orçamento;

HORAS MÁQUINAS			
Caminhão prancha	9	R\$ 1.900,00	R\$ 17.100,00
(Frete – Campo Mourão/Ubatã)			
TOTAL			R\$ 17.100,00

Ubatã-Pr., 14 de Setembro de 2021.

  
GILBERTO RAMOS  
R: 3.772.776-5 – SSP  
CPF: 063.053.709-74

000006

**H. VIEIRA - EIRELI**

C.N.P.J.: 12.089.111/0001-03  
TERRAPLANAGEM UBIRATA  
Rua A, nº 55, Pq. Industrial Ubiratã - Ubiratã-Pr.  
Fone: (44) 3543-1987 - (44) 99948-1550

**ORÇAMENTO**EMPRESA: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ** (SECRETÁRIA DE OBRAS)

DATA: 14/09/2021

ENDEREÇO:

CIDADE: **UBIRATÃ-Pr.**

CNPJ/CPF:

FONE: (44) 3543-2341

INSC. ESTADUAL:

Email:

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS		VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1. Caminhão prancha				
1.1. Frete para buscar máquinas - Campo Mourão/Ubiratã (ida e volta)	unid	9,0	R\$1.800,00	R\$16.200,00
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$16.200,00</b>

Luiz Marafão

Helierti - Cicero

**HELIERTI VIEIRA**

CPF 051.695.039-89

H VIEIRA

CFS

**J L COSTA TERRAPLENAGEM E TRANSPORTE ME**

CNPJ: 27.104.715/0001-40

Rua Vereador Homero Franco, nº 302 - Campina da Lagoa / Pr.

Fone: (44) 99969-8374

000007

**ORÇAMENTO - 14/09/2021**EMPRESA: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ**

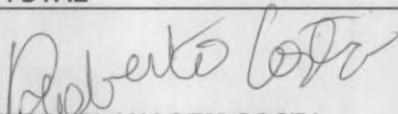
ENDEREÇO:

CIDADE: **UBIRATÃ-Pr.**

CNPJ/CPF:

FONE: (44) 3543-2341

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS		VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
<b>Caminhão Prancha</b>				
Buscar máquinas em Campo Mourão, trazer para Ubitatã - ida e volta	unid	9,0	R\$ 1.880,00	R\$ 16.920,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 16.920,00</b>

  
**TERRAPLANAGEM COSTA**



**JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO DIRETA, RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO.**

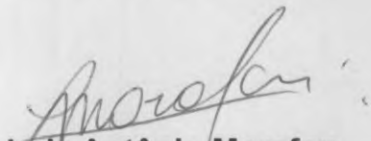
**CONTRATADO:** H VIEIRA - EIRELI, pessoa jurídica de direito de privado, inscrita no CNPJ nº 12.089.111/0001-03, estabelecida na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, N° 1097, Sala A Centro, na cidade de Ubatã, Estado do Paraná.

**Da fundamentação Legal:** A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**Razão da Escolha do Fornecedor:** O fornecedor acima foi escolhido porque é do ramo pertinente ao objeto demandado, apresentou toda a documentação referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista; ofertou o menor preço global e prazo dentre aqueles que participaram da pesquisa de preços, o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Administração Pública local.

**Justificativa do Preço:** os preços praticados são de mercado, itens que demonstram, sem maiores aprofundamentos, que o valor está adequado ao praticado no mercado, notadamente considerando-se a pesquisa de preço em apenso aos autos, uma vez que os preços ofertados pela contratada estão na média praticada no mercado, conforme se verifica comparando-o com os dados constantes na Planilha de Composição de Preços em apenso aos autos.

Ubatã-Pr, 16 de setembro de 2021.



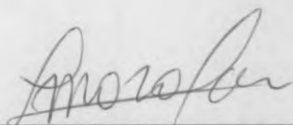
**Luiz Antônio Marafon**  
Secretária da Administração

## DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu **Luiz Antônio Marafon**, Secretária de Viação e Serviços Rurais de Ubitatã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultantes das requisições de Dispensa de Licitação, sob o nº 351/2021, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubitatã Pr. 16 de setembro de 2021



---

**Luiz Antônio Marafon**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>12.089.111/0001-03</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>15/06/2010</b>
NOME EMPRESARIAL <b>H VIEIRA - EIRELI</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>TERRAPLANAGEM UBIRATA</b>	PORTE <b>ME</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>43.13-4-00 - Obras de terraplenagem</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>02.30-6-00 - Atividades de apoio à produção florestal</b> <b>23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção</b> <b>41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários</b> <b>41.20-4-00 - Construção de edifícios</b> <b>43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras</b> <b>47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente</b> <b>49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.</b> <b>49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional</b> <b>52.12-5-00 - Carga e descarga</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári</b>		
LOGRADOURO <b>AV NILZA DE OLIVEIRA PIPINO</b>	NÚMERO <b>1097</b>	COMPLEMENTO <b>SALA A</b>
CEP <b>85.440-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>UBIRATA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF <b>PR</b>
TELEFONE <b>(44) 3543-1987</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>15/06/2010</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/09/2021** às **08:39:52** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ  
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS N°. : 4643/2021

INFORMAÇÕES DA EMPRESA/AUTÔNOMO

CADASTRO: 25560 ATIVIDADE: OBRAS DE TERRAPLENAGEM  
BAIRRO: CENTRO  
LOGRADOURO: AV NILZA DE O. PIPINO N°: 1097  
PROPR./RAZÃO SOCIAL: H VIEIRA-EIRELI-ME  
CPF/CNPJ: 12.089.111/0001-03 .

COMPLEMENTO: SALA A  
REQUERENTE: O MESMO  
FINALIDADE: PARA FINS COMPROBATORIOS

CERTIFICAMOS, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE REVENDO OS REGISTROS DE INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA, REGISTROS CADASTRAIS DE IMPOSTOS E TAXAS DESTA PREFEITURA, CONSTATAMOS QUE A EMPRESA/AUTÔNOMO COM O CADASTRO ACIMA INFORMADO, NÃO POSSUI DÉBITOS PENDENTES COM A FAZENDA MUNICIPAL, ATÉ A PRESENTA DATA, FICANDO RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL EXIGIR À QUALQUER TEMPO AS PENALIDADES PECUNIÁRIAS NÃO LANÇADAS A DATA DESTA .

VALIDADE: 08/10/2021

UBIRATÃ EM 08 de Setembro de 2021

Valdinei da Silva  
Sec. de Finanças





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: H VIEIRA - EIRELI  
CNPJ: 12.089.111/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:22:06 do dia 15/09/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/03/2022.

Código de controle da certidão: **FCF7.91A4.8DB4.FCFD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**QUINTA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**  
**H VIEIRA - EIRELI**  
**CNPJ/MF: nº 12.089.111/0001-03**  
**NIRE: 416.0039103-9**

Folha: 1 de 2

**HELIERTI VIEIRA**, brasileiro, maior, natural de Ubatã/PR, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 19/07/1986, Empresário, inscrito no CPF sob nº. 051.695.039-89, portador da Carteira de identidade civil nº. 9.060.073-7 SESP/PR, expedida em 27/11/2014, residente e domiciliado na Avenida Dos Pioneiros, 1125, Centro, Ubatã-PR, CEP: 85440-000.

Titular da **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI** que gira sob o nome empresarial de **H VIEIRA - EIRELI**, com sede e domicílio na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1097, Sala A, Centro, Ubatã - PR, CEP: 85440-000, inscrita no CNPJ sob nº. 12.089.111/0001-03, registrada na Junta Comercial do Paraná sob NIRE nº 416.0039103-9 em 09/09/2015 e última alteração contratual registrada sob nº. 20202815617 em 19/06/2020. Resolve alterar a Quarta Alteração Contratual da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, mediante as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Da Alteração do Objeto Social:** A EIRELI que tem por objeto a exploração do ramo de:

- 1) Obras de terraplenagem. (4313-4/00)
- 2) Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção. (2330-3/02)
- 3) Construção de edifícios. (4120-4/00)
- 4) Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras. (4399-1/04)
- 5) Comércio varejista de materiais de construção. (4744-0/05)
- 6) Incorporação de empreendimentos imobiliários. (4110-7/00)
- 7) Atividade de apoio à produção florestal. (0230-6/00)
- 8) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. (4930-2/01)
- 9) Carga e descarga. (5212-5/00)

Passa a partir desta data a ter o seguinte objeto:

- 1) Obras de terraplenagem. (4313-4/00)
- 2) Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção. (2330-3/02)
- 3) Construção de edifícios. (4120-4/00)
- 4) Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras. (4399-1/04)
- 5) Comércio varejista de materiais de construção. (4744-0/05)

QUINTA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO  
H VIEIRA - EIRELI  
CNPJ/MF: nº 12.089.111/0001-03  
NIRE: 416.0039103-9

Folha: 2 de 2

- 6) Incorporação de empreendimentos imobiliários. (4110-7/00)
- 7) Atividade de apoio à produção florestal. (0230-6/00)
- 8) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. (4930-2/01)
- 9) Carga e descarga. (5212-5/00)
- 10) Transporte Rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. (4930-2/02).

**Cláusula Segunda** - Fica eleito o foro de Ubatatã - PR, para resolver quaisquer litígios oriundos da presente Alteração da EIRELI.

**Cláusula Terceira** - Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

O titular assina o presente instrumento, em via única.

Ubatatã - PR, 22 de junho de 2020.

  
Helierti Vieira



CERTIFICO O REGISTRO EM 24/06/2020 14:12 SOB Nº 20203120388.  
PROTOCOLO: 203120388 DE 23/06/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
12002600277. NIRE: 41600391039.  
H VIEIRA - EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 24/06/2020  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 9.060.073-7

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.060.073-7 DATA DE EXPEDIÇÃO: 27/11/2014

NOME: HELIERTI VIEIRA

FILIAÇÃO: CELSO VIEIRA  
SUELI ROSSI VIEIRA

NATURALIDADE: UBIATÁ/PR DATA DE NASCIMENTO: 19/07/1986

DOC. ORIGEM: COMARCA=UBIRATÁ/PR, DA SEDE  
C.NASC=10444, LIVRO=17A, FOLHA=122

CPF: 061.896.039-89

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

É PROIBIDO PLASTIFICAR

000015

MUNICÍPIO DE UBIATÁ

Av. Nilza de O. Pipino, 1852

CNPJ 76.950.098/0001-10

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original


Ubiratá 11/09/14



**DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

O signatário da presente, o (a) senhor (a) HELIERTI VIEIRA, representante legalmente constituído da proponente H VIEIRA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 12.089.111/0001-03, declara, sob as penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Ubiratã-Pr., 15 de setembro de 2021.

  
HELIERTI VIEIRA  
CPF nº 051.695.039-89  
RG nº 9.060.073-7

**ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO POR  
TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO EM EIRELI  
H VIEIRA – EIRELI ME  
CNPJ/MF: 12.089.111/0001-03**

**HELIERTI VIEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Ubatatã-PR, empresário, inscrita no CPF/MF sob nº. 051.695.039-89, portadora da carteira de identidade civil nº. 9.060.073-7- /SSP-PR, residente e domiciliada na Avenida dos Pioneiros, 1125, Centro, em Ubatatã-PR, CEP: 85440-000.

Cujo ato constitutivo se encontra registrado na Junta Comercial do Paraná sob 4110683860-5 em 07/06/2010, devidamente inscrita no CNPJ 12.089.111/0001-03, ora transforma seu registro de Empresário em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI**, a qual se regerá, doravante pelo ato Constitutivo, nos termos das cláusulas seguintes, consoante a faculdade prevista no parágrafo único, do artigo 1033 E 980A da Lei nº 10.406/02.

**Cláusula Primeira - Nome Empresarial, Sede e Domicílio:** A presente Empresa Individual de Responsabilidade Limitada girará sob nome empresarial de **H VIEIRA – EIRELI - ME** e terá sede e domicílio na **Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1097, Sala - A, Centro, CEP: 85440-000 em Ubatatã-PR**, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais ou outras dependências em qualquer parte do território nacional.

**Cláusula Segunda - Objeto Social:** A **EIRELI** terá por objeto a exploração do ramo de:

**4343-4/00 - Obras de terraplenagem**

**4120-4/00 - Construção de Edifícios**

**2330-3/02 – Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção.**

**4744-0/05 – Comercio Varejista de Materiais de Construção.**

**4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras, e,**

**4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral.**

**Cláusula Terceira - Prazo de Duração:** O prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

**Cláusula Quarta - Do Capital Social:** O capital social será constituído utilizando-se do acervo do capital social da empresaria supracitada, pertencente a empresaria **H VIEIRA** no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 09/09/2015 16:19 SOB N°  
20154523950.  
PROTOCOLO: 154523950 DE 09/09/2015. NIRE: 41600391039.  
H VIEIRA - EIRELI

Folha 1 de 3



Libertad Bogus  
SECRETÁRIA GERAL  
CURITIBA, 09/09/2015

**ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO POR  
TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO EM EIRELI  
H VIEIRA – EIRELI ME  
CNPJ/MF: 12.089.111/0001-03**

10.000 (dez mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 ( hum real ), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, que por força da presente transformação e, com o aumento do capital que integraliza neste ato o valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) dividido em 70.000 (Setenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada, em moeda corrente e legal do País, perfazendo um capital social total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil e duzentos reais) dividido em 80.000 (oitenta mil) quotas de valor nominal de R\$. 1,00 (hum real) totalmente integralizado em moeda corrente nacional do País que fica assim distribuído entre a sócia:

Sócia	(%)	Cotas	Valor R\$
Helierti Vieira	100.00	80.000	80.000,00
<b>Total</b>	<b>100.00</b>	<b>80.000</b>	<b>80.000,00</b>

**Cláusula Quinta:** O Titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "Pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**Cláusula Sexta - Administração:** A empresa será administrada pelo seu titular, **Helierti Vieira**, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

**Cláusula Sétima - Do Exercício Social:** Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo a empresário, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**Cláusula Oitava - Declaração:** Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

**Cláusula Nona - Responsabilidade:** A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

**Cláusula Décima: Falecimento** - Falecendo ou interditado o titular da Eireli, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 09/09/2015 16:19 SOB Nº  
20154523950.  
PROTOCOLO: 154523950 DE 09/09/2015. NIRE: 41600391039.  
H VIEIRA - EIRELI

Folha 2 de 3

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA GERAL  
CURITIBA, 09/09/2015

**ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO POR  
TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO EM EIRELI  
H VIEIRA – EIRELI ME  
CNPJ/MF: 12.089.111/0001-03**

Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo único:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Eireli se resolva em relação a seu titular.

**Cláusula Décima Primeira - Desimpedimento:** Sob as penas da lei, declara, igualmente, que o administrador não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI.

**Cláusula Décima Segunda:** Fica eleito o foro e Comarca de Ubatã-PR, para resolver quaisquer litígios oriundos do presente Ato Constitutivo de EIRELI.

O instrumento do Ato Constitutivo de EIRELI será assinado em 01 (uma) via de igual forma teor e consistência.

Ubatã-PR, 28 de Agosto de 2015.

  
Helierti Vieira



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE  
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 09/09/2015 16:19 SOB N°  
2015452395  
PROTOCOLO: 12.089.111/0001-03 09/09/2015. NIRE: 41600391039.  
H VIEIRA - EIRELI

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA GERAL  
CURITIBA, 09/09/2015

Folha 3 de 3



Consulte o selo em <http://funarpen.com.br>  
**TABELIONATO DE NOTAS UBIRATÁ**  
 Rua Herculino Otaviano, 732-A, Ubatuba - Paraná  
 Fone/Fax: (44) 3543-1834 • 3543-1640

Reconheço verdadeira a assinatura indicada de H. VIEIRA ME  
 representado por HELIERTI VIEIRA \*0010-987278\*. Dou fé.  
 Selo Nº 13Znc.9MI0P.aXhTI, Controle: 6Xbu.2GzD  
 Ubatuba, 04 de setembro de 2015 - 14:36:35h.  
 Em Teste da Verdade

Francieli da Silva Marraço  
 Escrevente

**TABELIONATO UBIRATÁ - PR**  
 Jorge G. Vilela  
 Tabelião  
 SEDE DA  
 COMARCA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 09/09/2015 16:19 SOB Nº  
 20154523950.  
 PROTOCOLO: 154523950 DE 09/09/2015. NIRE: 41600391039.  
 H VIEIRA - EIRELI



Libertad Bogus  
 SECRETÁRIA GERAL  
 CURITIBA, 09/09/2015



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: H VIEIRA - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.089.111/0001-03

Certidão nº: 28575108/2021

Expedição: 17/09/2021, às 11:54:16

Validade: 15/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **H VIEIRA - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.089.111/0001-03**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 17/09/2021 11:47:11

**Informações da Pessoa Jurídica:**

Razão Social: **H VIEIRA - EIRELI**  
CNPJ: **12.089.111/0001-03**

**Resultados da Consulta Eletrônica:**

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	937	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao..... =	09	SECRETARIA DE VIACAO E SERVICOS RURAIS	
Unidade Orcamentaria.. =	09.02	Divisao de Manut. de Estradas Vicinais.	
Funcional..... =	267820019	Transporte	
Projeto/Atividade..... =	2033000	Manutencao das estradas vicinais	
Natureza da Despesa... =	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Fonte de Recursos..... =	0	Recursos livres	

Saldos de 01/09/2021 ate 16/09/2021

Dotacao Inicial..... =	510.000,00
Credito Suplementar..... =	0,00
Reducao Orcamentaria... =	35.000,00
Empenhado no Período.... =	2.024,60
Liquidado no Período.... =	372,00
Anulado no Período..... =	0,00
Pago no Período..... =	22.524,56
Empenhado ate o Período. =	166.816,65
Liquidado ate o Período. =	162.167,67
Pago ate o Período..... =	161.795,67
A Pagar Processado..... =	372,00
A Pagar nao Processado.. =	4.648,98
Total a Pagar..... =	5.020,98
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	308.183,35

FONTE: GOVBR - Execucao Orcamentaria e Contabilidade Publica, 16/Set/2021, 14h e 32m.

**UBIRATÃ**

PREFEITURA

**PARECER JURÍDICO**

Recebe a Assessoria Jurídica do Município de Ubatuba, para parecer jurídico o pedido de inexigibilidade de licitação nº 366/2021, referente à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço fracionado de serviço de transporte de máquinas de Campo Mourão a Ubatuba, ida e volta.

Anexo a requisição, encontra-se a justificativa apresentada pelo Sr. Secretário nos seguintes termos: *"Para a recuperação da trafegabilidade da estrada rural Porto Seguro I, a qual contém segmentos críticos dificultando o tráfego contínuo durante todos os meses do ano, se faz necessária a contratação fracionada de serviço de transporte caminhão prancha para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubatuba, ida e volta. Em conformidade ao termo de cessão de uso de bens moveis nº 001 /2021 do consórcio intermunicipal para o desenvolvimento dos municípios da região de Campo Mourão CONDESCOM - PR, em favor do município de Ubatuba, as máquinas transportadas serão utilizadas na manutenção da Estrada Porto seguro I, visto não existir licitação vigente."*

Desde logo, cumpre destacar que ao Assessor Jurídico não cabe analisar o mérito da contratação, o qual pertence exclusivamente aos ordenadores de despesas. Entretanto, incumbe a este profissional verificar o cumprimento das normas e princípios que regem a atividade da Administração Pública e, especialmente, avaliar as minutas de edital de licitação e do respectivo contrato, na forma do artigo 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, quanto aos aspectos jurídicos envolvidos.

No presente caso, há que se ressaltar que a licitação de obras, serviços e compras e alienações passou a ser uma exigência constitucional para toda a Administração Pública, direta indireta e fundacional ressalvados os casos



específicos na legislação pertinente, constante no inciso XXI, do art. 37 da Constituição Federal de 1988, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Na Doutrina administrativa do mestre Hely Lopes Meirelles, há uma importante lição a respeito da obrigação de licitação em sua Obra de Direito Administrativo Brasileiro, 36ª Edição (2010), a seguir transcrita:

“A expressão obrigatoriedade de licitação tem um duplo sentido, significado não só a compulsoriedade da licitação em geral como, também, a **da modalidade prevista e lei para a espécie, pois atenta contra os princípios de moralidade e eficiência da Administração o uso da modalidade mais singela quando se exige a mais complexa, ou emprego desta, normalmente mais onerosa, quando objeto do procedimento licitatório não a comporta**. Somente a lei pode desobrigar a Administração, quer autorizado a dispensa de licitação, quando exigível, quer permitido a substituição de uma modalidade por outro.” Grifado.

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



A dispensa do procedimento licitatório encontra respaldo no art. 24, da Lei nº 8.666/93.

No caso em tela, pelo que nos apresenta na solicitação de parecer, trata-se de contratação de empresa para elaboração de planilhas de custo e formação de preços para serviços, e que o valor da contratação não ultrapassa o valor de até 10% do limite previsto no artigo 24, inciso II, "a" da Lei 8.666/93.

Assim, amolda-se ao inciso II do art. 24 da LDL com o seguinte teor:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Os valores de referências apresentados, podem ser checados pela comissão de licitação se estão dentro dos de mercado bem como promover a verificação de disponibilidade de caixa.

Conforme justificativa apresentada, necessário se faz o transporte, por meio de caminhão prancha, de maquinários de Campo Mourão a Ubatuba, ida e volta, conforme termo de cessão de bens móveis do consórcio intermunicipal, sendo do referido transporte destinado a máquinas que serão utilizadas para manutenção da Estrada Porto Seguro I, visto não existir licitação vigente.

Em circunstâncias como essas, não pode o apego à legalidade estrita impedir a adoção de soluções extraordinária, embora consentâneas ao regime jurídico de Direito Público. Além de sedimentar o princípio da legalidade como mandamento de juridicidade administrativa, o agir administrativo, para que



**UBIRATÃ**

PREFEITURA



seja válido e eficaz em consonância como o modelo desenvolvido pela Constituição de 1988, depende de um comprometimento com o enfrentar dos paradoxos que a realidade empírica, complexa, possa demandar.

Desta forma, da análise racional e jurídica, tem-se que a Dispensa de Licitação preenche os requisitos exigidos pela legislação vigente, entendemos por ora, não haver óbice legal para o presente processo de Dispensa de Licitação.

É o parecer.

Ubiratã, 17 de setembro de 2021.

**Carlos Daniel Sobierai Machado**  
**Assessor Jurídico**  
**OAB/PR 65.323**



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

000029

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 025004542-63

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **12.089.111/0001-03**

Nome: **H VIEIRA EIRELI - ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 18/01/2022 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)

**PORTARIA Nº 23, DE 12 DE JANEIRO DE 2021**

Designa gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e considerando:

O disposto nos arts. 58, 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, que impõem à administração o dever de fiscalização e recebimento formal e adequado dos objetos contratuais;

A necessidade do acompanhamento da qualidade, economia e minimização de riscos na execução contratual;

A necessidade de a administração pública adotar as cautelas necessárias para evitar o recebimento de bens, produtos e serviços que não atendam às necessidades do município ou estejam em desacordo com o licitado; e

Que o município deve acompanhar a efetivação dos serviços contratados assim como o recebimento dos bens e produtos adquiridos para garantir a adequação às exigências legais, contratuais e técnicas dentro de um determinado setor,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo relacionados, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como gestores dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, pelo período de 12.01.2021 a 31.12.2021:

Gabinete do Prefeito  
**Geraldo José dos Santos**

Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
**Laércio França de Oliveira**

Secretaria da Administração  
**Cassilda Ferreira**

Secretaria de Obras  
**José Antônio Lázaro**

Secretaria da Assistência Social  
**Izabel Francelina Bento Calsavara**

Secretaria de S. Urbanos e Pavimentação  
**Ronaldo Felipe Maciel**

Secretaria da Educação e Cultura  
**Neiva Grigio Gindri**

Secretaria de Viação e Serviços Rurais  
**Luiz Antônio Marafon**

Secretaria da Saúde  
**Kerstyen Ragna Meyer**

Secretaria do Esporte e Lazer  
**Sullivan José Mohanna Rocha**

Secretaria das Finanças e Planejamento  
**Valdinei da Silva**



**§1º São atribuições do Gestor de Contratos:**

I - indicação do regime de execução e vigência do contrato, obrigações do município e da contratada, condições de pagamento, entre outras, durante a fase de elaboração do Termo de Referência do Edital;

II - controle geral de contratos;

III - conferência e aprovação de notas fiscais e recibos;

IV - análise da viabilidade, legalidade para recomendação à autoridade superior de concessão de reajustes e revisão de preços;

V - formalização de pedidos de termos aditivos para autorização da autoridade superior;

VI - formalização de pedidos de abertura de processo administrativo para notificação, análise e recomendação à autoridade superior para aplicação de sanções à contratada;

VII - apoiar e orientar os fiscais de contrato quanto às ocorrências registradas;

VIII - designar, nos casos de muitas divisões em seu órgão, os responsáveis de cada divisão para realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços, orientando os responsáveis pelo recebimento e repassar a estes cópias dos contratos ou instrumento equivalente e demais informações pertinentes para o correto desenvolvimento de suas atividades; e

IX - demais obrigações decorrentes dos contratos firmados.

**§2º** Caberá ao Gestor designar servidores munidos de conhecimento prévio suficiente, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como fiscais dos contratos administrativos firmados pelo Município de Ubatuba, os quais terão as seguintes atribuições:

I - realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços;

II - conhecer detalhadamente o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis, especialmente os responsáveis pelo recebimento, objetivando o fiel cumprimento do contrato;

III - conhecer a descrição dos serviços a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado) e dos bens e produtos a serem adquiridos (marca, prazos e locais de entrega);

IV - solicitar, quando for o caso, que os serviços sejam refeitos e os produtos sejam substituídos quando apresentarem vícios, imperfeições ou incompatibilidade com disposto em contrato ou instrumento equivalente;

V - estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Gestor do Contrato às ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço ou em relação a terceiros;

VI - anotar em livro de ocorrências todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

VII - responsabilizar-se pelo primeiro contato com a contratada nos casos de atraso na execução do contrato, devendo o mesmo ser efetuado através de notificação por escrito, de modo a se confirmar o recebimento;

VIII - comunicar ao Gestor do Contrato eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto, para que se proceda ao disposto no §1º inciso VI do artigo anterior;

IX - sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;





X - zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

XI - controlar os contratos quanto ao saldo e vigência dos mesmos, verificando a necessidade de aditivos ou novas licitações;

XII - monitorar os preços dos itens quanto à elevação ou redução providenciando os documentos e orçamentos necessários à readequação de acordo com o valor de mercado e encaminhando Solicitação de Revisão de Preços à Divisão de Licitação;

XIII - encaminhar Solicitação de Aditivo Contratual devidamente assinado pelo Gestor com justificativa e orçamentos que comprovem a viabilidade do aditamento;

XIV - planejar, organizar, estimar, orçar e encaminhar solicitações de licitações à Divisão de Licitação contendo especificações detalhadas de cada item, prazos e condições de entrega ou execução, dotação orçamentária apropriada e assinatura do secretário;

XV - acompanhar e atender prontamente os responsáveis pelo recebimento, acatando e registrando suas ocorrências, assim como dirimi-las junto aos fornecedores, ou solicitar providências ao Gestor do Contrato; e

XVI - acompanhar a Comissão de Fiscalização dos órgãos municipais e promover as adequações observadas por ela.

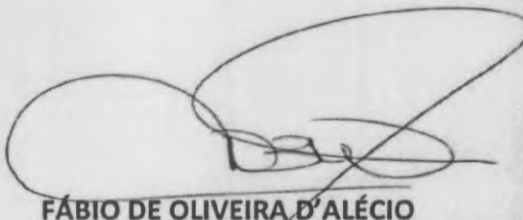
**Art. 2º** Os fiscais serão designados em cada instrumento contratual conforme indicação prévia do Gestor.

**Art. 3º** Os gestores e fiscais desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos ou funções.

**Art. 4º** Os fiscais indicados poderão, conforme solicitação prévia, serem designados para atuar em órgãos que não sejam o da sua lotação, desde que o objeto da contratação seja pertinente com a sua atuação.

**Art. 5º** A substituição de algum membro se dará mediante desligamento do serviço público, justificativa plausível ou inexecução de suas atribuições.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



FÁBIO DE OLIVEIRA D'ALÉCIO

**PORTARIA Nº 185, DE 12 DE ABRIL DE 2021**

Constitui Comissão Permanente de Licitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão Permanente de Licitação, com a finalidade de promover licitações através das modalidades previstas pela Lei Federal nº 8.666, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito do Município de Ubatuba, no período de 12/04/2021 a 31/12/2021:

**Controladoria Geral do Município**

José Paulo Sampaio de Souza  
Solange Rodrigues da Silva Fernandes  
Solemária de Oliveira Fontin

**Gabinete**

Geraldo José dos Santos  
Maria Inês Bento  
Robson Alexandre da Silva  
Vanderlei da Silva Sampaio

**Secretaria da Administração**

Cassilda Ferreira  
Félix Tibúrcio de Almeida

**Secretaria da Assistência Social**

Elisângela Cristina Vieira  
Izabel Francelina Bento Calsavara  
Juliana dos Santos Ribeiro  
Nadir Aparecida Braciforte Carvalho  
Orlando dos Santos Filho  
Valdete Izidro de Lima Santos

**Secretaria de Desenv. Econômico**

Laércio França de Oliveira  
Reynaldo Borges Reis Neto  
Terezinha Bento

**Secretaria da Educação e Cultura**

Andrea Márcia de Souza  
Andréia Brunieri da Silva  
Ellen Thais da Silva

Jacó Carvalho

Neiva Grigio Gindri

**Secretaria do Esporte e Lazer**

José Soares de Brito  
Júlio César Menigite  
Sullivan José Mohanna Rocha

**Secretaria das Finanças e Planejamento**

Eduardo Vitor Penido da Silva  
Rita Soares Neta Figueiredo  
Valdinei da Silva

**Secretaria de Obras**

José Antônio Lázaro  
Vitor Hugo Tibúrcio de Almeida

**Secretaria da Saúde**

Adriano Jesualdo  
Kerstyen Ragna Meyer  
Orlando Francisco Vieira Filho  
Rozelena Fátima Vieira

**Secretaria de S. Urbanos e Pavimentação**

Adriana Cândida Sluzovski  
João Martos Moreno  
José Antônio Torres  
Ronaldo Felipe Maciel

**Secretaria de Viação e Serviços Rurais**

Luiz Antônio Marafon  
Odílio Camargo Alves



**Parágrafo único.** Os servidores designados poderão atuar como Presidente, membro ou secretário da Comissão.

**Art. 2º** Dentre os servidores designados no artigo anterior, de acordo com a Secretaria requisitante e o objeto de cada Processo Licitatório, será composta uma Comissão, contendo um Presidente e dois membros, dentre os quais um será designado como secretário para o certame.

**Art. 3º** Compete a Comissão Permanente de Licitação:

I - a análise e julgamento de licitações nas modalidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/1993, bem como assinar avisos, editais, atas, pareceres, relatórios e deliberações;

II - conduzir a sessão pública; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos; verificar e julgar as condições de habilitação; verificar a conformidade das propostas em relação aos requisitos estabelecidos no edital; encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade competente;

III - exercer os trabalhos conforme as disposições constantes na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 180, de 9 de abril de 2021.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

000035

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF****Inscrição:** 12.089.111/0001-03**Razão Social:** H VIEIRA EIRELI ME**Endereço:** AV NILZA DE OLIVEIRA PIPINO 1097 SALA A / CENTRO / UBI RATA / PR /  
85440-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 08/09/2021 a 07/10/2021**Certificação Número:** 2021090801192502310446

Informação obtida em 21/09/2021 14:46:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE SECCIONAL DO CONTROLE INTERNO.	
MANIFESTAÇÃO Nº - 48/2021	
Requisição:	366/2021
Finalidade:	Contratação de empresa para prestar serviço de transporte para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubiratã, ida e volta.
Base Legal	Lei nº 8.666/93
Requisitante:	Secretaria de Viação e Serviços Rurais
Modo de contratação	Dispensa de licitação, Art. 24, inciso II

Trata-se de análise concomitante efetuado por esta unidade de Controle Interno nos pedidos para abertura de licitação nº. 366/2021, **Dispensa de licitação**, com fundamento no art. 24, inciso II da lei 8666/93, encaminhado pela Divisão de Licitação, para contratação da empresa H VIEIRA - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.089.111/0001-03, destinado a prestar serviço de transporte para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubiratã, ida e volta, no valor de R\$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais). Por se tratar, consequentemente de realização de despesas, resta configurado a competência da unidade seccional de Controle interno para análise e emissão da presente manifestação, acerca da legalidade de dispensa de licitação com finalidade de serviço de transporte, que inicialmente analisamos os dados para ao final opinar.

Ressalva-se que a presente manifestação foi baseada unicamente em documentos apresentados junto ao processo enviados pela secretaria solicitante conforme checkList anexo, ficando presumida a autenticidade dos documentos bem como legitimidade das informações assim como das assinaturas.

No caso em tela, verifica-se a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 24, inciso II, da Lei 8666/93 que assim determina:

**Art. 24. É dispensável a licitação:**

*II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).*

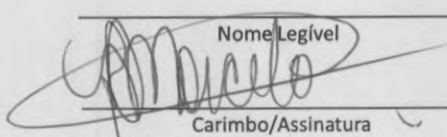
Diante do exposto, este órgão de Controle Interno, conclui pela continuidade deste processo estará apto para gerar despesas à municipalidade, encaminhando para que seja dado prosseguimento às demais etapas subsequentes.

É a manifestação

Ubiratã-PR, 20 de setembro de 2021.



Rosemar da Silva Ribeiro Chimiloski  
Unidade Seccional de Controle Interno

Recebido em	20 / 09 / 21
	
Nome Legível	
Carimbo/Assinatura	

# CHECK-LIST - DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE

Contratação direta - fundamento nos incisos II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993

<b>Requisição nº.:</b>	366/2021		
<b>Solicitante:</b>	Secretaria De Viação e Serviços Rurais		
<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa para prestar serviço de transporte para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubiratã, ida e volta.		
<b>Valor</b>	R\$ 16.200,00		
<b>DOCUMENTOS NECESSÁRIOS</b>		<b>S,N,NA</b>	<b>Fl.</b>
01	Processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado. <i>(Lei nº 8.666/93, art. 38, caput)</i>	S	1-29
02	Autorização do chefe do poder executivo <i>(Lei nº 8.666/93, art. 38, caput)</i>	S	1
03	Indicação do recurso próprio para a despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma? <i>(art. 72, § 2º, III, art. 14, caput e art. 38 caput Lei nº 8.666/93).</i>	S	24
04	Requisição da secretaria, contendo: a) definição clara do objeto a ser contratado (termo de referência); b) quantitativos; c) local de entrega; d) prazo de entrega; e) assinatura dos responsáveis; <i>(Lei nº 8.666/93, art. 38, caput)</i>	S	1-3
05	Termo de referência/projeto básico elaborado pelo setor requisitante devidamente assinado pelo secretário? Contendo: <i>(Lei nº 8.666/93, art. 38, caput)</i> - Descrição clara do objeto inclusive das unidades e quantidades a serem adquiridas. - fundamentação simplificada da contratação - descrição resumida do serviço e da solução apresentada; - requisitos da contratação; - critérios de medição e pagamento; - estimativas dos preços; e adequação orçamentaria.	NA	-
06	Justificativa fundamentada dos quantitativos requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação? <i>(art. 8º e art. 15, §7º, II, da Lei 8.666/93)</i>	NA	-
07	Pesquisa de preços mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros, observada a ordem de preferência: <i>(Lei nº 8.666/93, art. 43, IV - IN 5, de 27/06/2014)</i>	-	-
	I- Portal de Compras Governamentais	-	-

	www.comprasgovernamentais.gov. br		
	II - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;	-	-
	III - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; ou	-	-
	IV - Pesquisa com os fornecedores.	S	4
08	Mapa (planilha) comparativo dos preços, quando for o caso. (art. 7º, § 2º, II e art. 15, XII, "a", IN/SLTI 02/2008 / art. 43, IV da Lei nº 8.666/93 e art. 15, XII, "b", IN/SLTI 02/2008)	NA	-
09	Justificativa de preço e da escolha do fornecedor (Lei nº 8.666/93, art. 24) e (art. 26, § único, II da Lei 8.666/93)	S	8
10	Declaração do ordenador de despesa (Art 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101)	S	9
11	Consta justificativa da situação de dispensa com os elementos necessários à sua caracterização? Que deve conter a indicação do dispositivo legal aplicável (Lei nº 8.666/93, art. 24)	S	8
12	Declaração do cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil) (Lei nº 8.666/93, art. 27, V)	S	16
13	Minuta do contrato (Lei nº 8.666/93, art. 38,) (quando for o caso)	NA	-
14	Manifestação Jurídica ( Lei nº 8.666/93, art. 38, único)	S	25-28
15	Documentação de regularidade do cadastro do fornecedor junto ao SICAF. (Lei nº 8.666/93, art. 28, 29 e 31). _	NA	-
16	Documentação de habilitação jurídica. Devem ser Autenticados (pode ser por servidor efetivo) IN-AS 002/2020	Contrato social	S 13-14
		Procurações	NA --
		CNPJ	S 10
		Doc. Dos responsáveis	N (*)
17	Documentos de regularidade fiscal e trabalhista (certidões negativas) (Lei nº 8.666/93, art. 28, 29 e 31)_	Municipal	S 11
		Estadual	S 29
		Federal	S 12
		INSS	N (*)
		FGTS	S 40 35
	Trabalhista	S	21
18	Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).1	S	22-23
19	Nomeação de fiscal e gestor	S	30-34

Data do preenchimento: 20/09/21

Responsável pelo Preenchimento:





**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/2021**

**1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5381/2021.**

**2. OBJETO:** Contratação de empresa para prestar serviço de transporte para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubatuba, ida e volta.

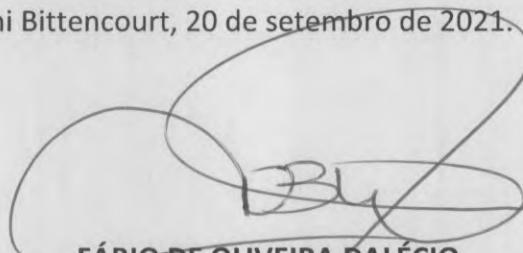
**3. FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**4. FORNECEDOR:** H VIEIRA - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.089.111/0001-03, situada na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, Nº 1097, Sala A, centro na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná.

**5. VALOR:** R\$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais).

**6. DATA DA RATIFICAÇÃO:** 20/09/2021.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 20 de setembro de 2021.



**FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO**  
Prefeito de Ubatuba

**CONTRATO N.º 141/2021**  
**PROCESSO N.º 5381/2021**  
**DISPENSA POR LIMITE N.º 76/2021**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como CONTRATANTE, e a empresa **H VIEIRA - EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.089.111/0001-03, situada na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, Nº 1097, Sala A, centro na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, doravante designada como CONTRATADA, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5381/2021, Dispensa de Licitação nº 76/2021 e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é Contratação de empresa para prestar serviço de transporte para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubatuba, ida e volta.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. Os serviços serão solicitados nas seguintes especificações e quantidades:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QT	UN.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Serviço de frete com caminhão prancha.	09	VG	1.800,00	16.200,00

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATADO**

3.1. O valor global da presente contratação está fixado em R\$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais).

3.2. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0902	9148	339039740000	Fretes e transportes de encomendas	-	16.200,00

**4. CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA**

4.1. A vigência da contratação será de 04 (quatro) meses, contados a partir da sua assinatura do instrumento de contrato.

**5. CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS**

5.1. O prazo de solicitação de execução dos serviços será de até 1 dia útil contado da assinatura do contrato.



5.2. O prazo de execução dos serviços será de até 5 dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviços, encaminhada pela Divisão de Compras da CONTRATANTE.

5.3. O prazo para refazimento dos serviços que venham a ser rejeitados será de metade do prazo estipulado para execução.

5.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o de início e inclui-se o do vencimento.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. A execução dos serviços será de maneira fracionada, balizando-se na necessidade da CONTRATANTE, devendo a execução ocorrer pelo período de 04 meses, sendo este o prazo de vigência da futura contratação.

6.2. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes à execução, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.3. A contratada deverá disponibilizar motoristas devidamente habilitados para execução dos serviços.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

7.1. Após a execução do serviço em sua totalidade ou de suas etapas, os mesmos serão verificados a conformidade do executado com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não aceitar serviços que não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas no presente Contrato.

7.3. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, ainda que tenha sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

7.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser refeito no prazo de estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1. São direitos da CONTRATANTE:

8.1.1. Receber a prestação do objeto deste contrato nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;

8.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

8.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;

8.1.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

## 8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;

8.2.2. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;

8.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;

8.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;

8.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

## 8.3. São obrigações DA CONTRATADA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;





8.3.6. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pela CONTRATANTE;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado *após o recebimento de cada serviço*, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. Para liberação do pagamento à CONTRATADA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.3.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.3.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

11.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

11.2.1. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

11.2.2. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

12.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

12.2. O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

13.1. Caberá a gestão da contratação o servidor Luiz Antônio Marafon, lotado na Secretaria de Viação e Serviços Rurais.

13.2. Caberá a fiscalização da contratação o servidor Odílio Camargo Alves, e na sua ausência será fiscal substituto o servidor Itaelson Guerra Gavião ambos lotados na Secretaria de Viação e Serviços Rurais.

13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

13.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

13.5. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 23/2021.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência;

14.1.2. Multa;

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;

14.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.2. As multas poderão ser:

14.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

14.2.1.1. 5% (cinco por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

14.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

14.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

14.2.2.1. 10% (dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

14.2.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

14.3. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

14.3.1. Abandonar a execução do contrato;

14.3.2. Incurrir em inexecução contratual; e

14.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

14.4. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

14.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

14.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

14.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

14.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:



14.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

14.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

14.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

14.7. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

14.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

15.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

15.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

15.1.2. As hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. A rescisão do contrato poderá ser:

15.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

15.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

15.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

15.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do contrato.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VINCULAÇÃO AO CONTRATO**

17.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO**

18.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

18.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

18.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

18.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

19.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

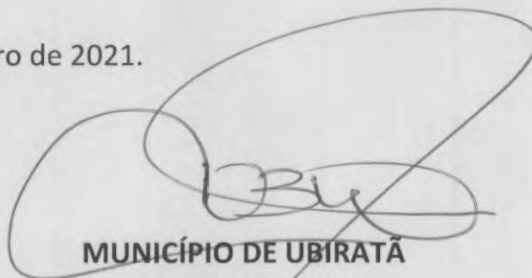
20.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 21. CLÁSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

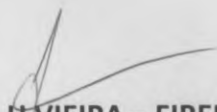
Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 20 de setembro de 2021.



**MUNICÍPIO DE UBATUBA**

Prefeito  
Contratante



**H VIEIRA – EIRELI**  
Representante legal da empresa



# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEGUNDA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2021

EDIÇÃO ESPECIAL Nº 1.445- ANO: XVI

Página 2 de 3

www.ubirata.pr.gov.br

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 75/2021**

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5380/2021.

2. OBJETO: Locação e manutenção de sistema web de gerenciamento eletrônico de documentos, para digitalização, indexação e gerenciamento eletrônico de documentos do acervo documental existente nos arquivos públicos do município, com disponibilização de sistema de busca via web e em mídia digital, além de opção de disponibilização no portal da transparência do Município.

3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: INGÁ PÚBLICA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.540.117/0001-11, situada na Avenida Cerro Azul, N° 864 na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$ 7.380,00 (sete mil trezentos e oitenta reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 17/09/2021.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 17 de setembro de 2021.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatã

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/2021**

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5381/2021.

2. OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviço de transporte para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubatã, ida e volta.

3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: H VIEIRA - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.089.111/0001-03, situada na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, N° 1097, Sala A, centro na cidade de Ubatã, Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 20/09/2021.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 20 de setembro de 2021.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatã

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito de Ubatã, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5339/2021.

2. MODALIDADE Nº: 136/2021

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de aparelhos de ar condicionado e cortinas de ar.

4. FORNECEDOR (A): ELV MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 16.925.627/0001-93, estabelecida à Rua Professor Jose Santana 1º andar, no nº 107, CEP nº 40450-690, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

4.1 VALOR: R\$-2.337,69 (dois mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta nove centavos).

5. FORNECEDOR (A): AGSERV COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 77.853.083/0003-58, estabelecida à Rodovia ES-010, no nº 4255, CEP nº 29164-140, na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

5.1 VALOR: R\$-77.466,00 (setenta e sete mil quatrocentos sessenta e seis reais).

6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 09/09/2021.

7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 20/09/2021.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 20 de setembro de 2021.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatã

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2021**

CONTRATANTE: Município de Ubatã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 31.499.939/0001-76.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5324/2021.

OBJETO: Aquisição de equipamentos e mobiliário em geral destinados ao almoxarifado municipal.

VALOR: R\$-1.333,00 (mil trezentos e trinta e três reais).

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2021.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2021**

CONTRATANTE: Município de Ubatã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): H VIEIRA - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.089.111/0001-03.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5381/2021.

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviço de transporte para realizar frete de máquinas de Campo Mourão a Ubatã, ida e volta.

VALOR: R\$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 20/09/2021.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 246/2021**

CONTRATANTE: Município de Ubatã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

FORNECEDOR (A): LUCIANE ULIANO TERTO, inscrita no CNPJ nº 06.092.588/0001-37.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5240/2021.

OBJETO: Aquisição de materiais de Consumo, Limpeza e Higiene para suprir as necessidades da Secretaria de Administração, Gabinete, Secretaria de Viação e Serviços Rurais, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

VALOR: R\$- 4.970,99 (quatro mil novecentos e setenta reais e noventa centavos).

DATA DA ASSINATURA: 02/09/2021.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 255/2021**

CONTRATANTE: Município de Ubatã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

FORNECEDOR (A): ELV MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 16.925.627/0001-93.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5339/2021.

OBJETO: Aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de aparelhos de ar condicionado e cortinas de ar.

VALOR: R\$-2.337,69 (dois mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 20/09/2021.

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 127/2021**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UBIRATÃ – CNPJ 76.950.096/0001-10

CONTRATADO (A): B.C. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.779.501/0001-43.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5373/2021

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para fornecimento fracionado de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10), através do abastecimento de veículos da frota municipal.

FINALIDADE DO ADITIVO: Reequilibrar o valor do litro da gasolina para R\$ 5,47, do diesel comum para R\$ 4,28 e do diesel S10 para R\$ 4,37.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 5.391,02

DATA DA ASSINATURA: 20/09/2021.

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2021



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatã. A Prefeitura Municipal Ubatã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online.

Início



000052,080

**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ[Voltar](#)

## Detalhes processo licitatório

## Informações Gerais

Entidade Executora	MUNICÍPIO DE UBIRATÃ		
Ano*	2021		
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	76		
Modalidade*	Processo Dispensa		
Número edital/processo*	5381		
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito			
Instituição Financeira			
Contrato de Empréstimo			
Descrição Resumida do Objeto*	CONTRATAÇÃO FRACIONADA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA REALIZAR FRETE DE MÁQUINAS DE CAMPO MOURÃO A UBIRATÃ, IDA E VOLTA.		
Dotação Orçamentária*	0900226782001510223390397400		
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	16.200,00		
Data Publicação Termo ratificação	20/09/2021		
Data de Lançamento do Edital			
Data da Abertura das Propostas			
Há itens exclusivos para EPP/ME?	▼		
Há cota de participação para EPP/ME?	▼		
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	▼		
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	▼		
Percentual de participação:	0,00		
Data Cancelamento			

Editar

Excluir

CPF: 6646640912 ([Logout](#))